

---

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO  
PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ENERGISA S.A.**

**ENTRE**

**ENERGISA S.A.**

***E***

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

**13 DE OUTUBRO DE 2010**

---

G

A

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ENERGISA S.A.**

Pelo presente instrumento, de um lado,

**ENERGISA S.A.**, sociedade anônima de capital aberto, com sede na Cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, na Praça Rui Barbosa, nº 80 (parte), CEP 36770-901, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 00.864.214/0001-06, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora" ou "Companhia"); e

de outro lado,

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, Grupo 205, CEP 22.640-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário");

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte",

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Energisa S.A. ("Escritura"), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula terão o significado a eles atribuído nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

**CLÁUSULA I  
AUTORIZAÇÕES**

**1.1. Autorização da Emissora**

1.1.1. A presente Escritura é firmada com base na deliberação do Conselho de Administração da Emissora em reunião realizada em 07 de outubro de 2010 ("RCA"), na qual foram deliberadas as condições da Emissão, conforme disposto no parágrafo primeiro do artigo 59 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e de acordo com inciso XIX do artigo 17 do Estatuto Social da Emissora.

## **CLÁUSULA II REQUISITOS**

A 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, pela Emissora (respectivamente, "Emissão" ou "Oferta" e "Debêntures") será realizada com observância dos seguintes requisitos:

### **2.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais**

2.1.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.1.2. A Emissão não será registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro na ANBIMA, nos termos do parágrafo primeiro, do artigo 25, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

### **2.2. Arquivamento na Junta Comercial e Publicação da Ata de Reunião do Conselho de Administração**


2.2.1. A ata da RCA que deliberou sobre a Emissão será arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") e será publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no jornal Valor Econômico ("Jornais de Publicação").

### **2.3. Arquivamento da Escritura na JUCEMG**

2.3.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão arquivados na JUCEMG, conforme disposto no parágrafo 3º, inciso II, do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

### **2.4. Registro para Colocação e Negociação**

2.4.1. As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada através da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

  
3 P.

2.4.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas depois de decorridos 90 (noventa) dias da Data de Subscrição, ou aquisição pelo investidor, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

### **CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

#### **3.1. Objeto Social da Emissora**

3.1.1. A Emissora tem por objeto social (i) participar de outras empresas, especialmente aquelas que tenham como objetivos principais: (a) a atuação no setor de energia de qualquer tipo, e para suas diferentes aplicações, seja gerando, transmitindo, comercializando, intermediando, distribuindo ou, ainda, operando ou gerenciando para terceiros usinas produtoras, linhas de transmissão e redes de distribuição e quaisquer empreendimentos do setor energético; (b) a realização de estudos, a elaboração, implantação ou operação de projetos, bem como a atuação em construções e a prestação de serviços, relativamente a usinas, linhas ou redes ou empreendimentos do setor energético; (c) a fabricação, o comércio, a importação e a exportação de peças, produtos e materiais relativos às atividades listadas na alínea (a) acima e de setores de grande utilização de energia; (ii) o estudo, o planejamento e a organização de empresas de que pretenda participar; (iii) a administração, locação, arrendamento e subarrendamento de bens dos quais possui legítimo domínio ou propriedade; e a (iv) intermediação e operacionalização de negócios no país e no exterior, bem como a prestação de serviços de assistência, consultoria e assessoria administrativa, técnica, financeira, de planejamento, de negócios e de mercado, inclusive para importação e exportação de bens e serviços, seja a terceiros, seja às empresas em que participar, direta ou indiretamente, fornecendo-lhes apoio técnico e tático.

#### **3.2. Número da Emissão**

3.2.1. A presente Emissão constitui a 4ª (quarta) emissão de debêntures da Emissora.

#### **3.3. Valor Total da Emissão**

3.3.1. O valor total da Emissão é de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão").

#### **3.4. Número de Séries**

3.4.1. A Emissão será realizada em uma única série.

6  
4 D.

### 3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Coordenador Líder"), nos termos do "Contrato de Distribuição Pública, Sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Energisa S.A." ("Contrato"), celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder.

3.5.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.5.2.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta, serão considerados "Investidores Qualificados": (i) todos os fundos de investimento, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso (iv) do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, que obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.5.2.2. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.5.2.3. A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (ii) informar ao Coordenador Líder, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.5.2.4. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta.

3.5.2.5. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures.

6  
5 P.

### **3.6. Limite da Emissão**

3.6.1. À Emissão das Debêntures da espécie quirografária se aplicam os limites estabelecidos no *caput* do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações. E, tendo em vista que o capital social da Emissora, na data de assinatura desta Escritura, é de R\$ 468.789.452,87 (quatrocentos e sessenta e oito milhões, setecentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e oitenta e sete centavos), a presente Emissão atende ao limite legal previsto no artigo acima destacado.

### **3.7. Banco Mandatário e Escriturador**

3.7.1. O Banco Citibank S/A, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.479.023/0001-80, prestará os serviços de escrituração e de banco mandatário das Debêntures (“Banco Mandatário” e “Banco Escriturador”).

### **3.8. Destinação dos Recursos**

3.8.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão utilizados para pré-pagamento de dívidas mais onerosas e de menor prazo médio que a Companhia hoje possui, bem como reforço do caixa da Companhia.

## **CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

### **4.1. Características Básicas**

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos, a data de Emissão das Debêntures será o dia 15 de outubro de 2010 (“Data de Emissão”).

4.1.2. **Conversibilidade, Tipo e Forma:** As debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas e certificados.

4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária.

4.1.4. **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures terão prazo de vencimento de 6 (seis) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de outubro de 2016 (“Data de Vencimento”), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e de resgate antecipado, nos termos das Cláusulas Sétima e Sexta, respectivamente. Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação, pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração de que trata a Cláusula 4.2 abaixo, calculada na forma prevista nesta Escritura.

6 D.

4.1.5. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.1.6. **Quantidade de Debêntures Emitidas:** Serão emitidas 30.000 (trinta mil) Debêntures, totalizando R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) na Data de Emissão.

#### 4.2. Remuneração

4.2.1. A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a uma remuneração ("Remuneração") que corresponderá a juros remuneratórios incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário, equivalentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra-grupo ("Taxa DI-Over"), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no Informativo Diário, disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de *spread* (ou sobretaxa) de 1,60% (um inteiro e sessenta centésimos por cento) ao ano, com base em 252 Dias Úteis ("Acréscimo sobre a Taxa DI-Over"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Vencimento, e pagos ao final de cada Período de Capitalização.

4.2.1.1. O cálculo da Remuneração obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{FatorJuros} - 1)$$

onde,

**J** = Valor unitário da Remuneração devida ao final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

**VNe** = Valor Nominal Unitário de emissão das Debêntures informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

**FatorJuros** = Fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

onde,

**FatorDI** = Produtório das Taxas DI-Over com uso de percentual aplicado, da data de início de cada Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

6  
7 D.

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde,

**k** = Número de ordens das Taxas DI-Over, variando de 1 (um) até  $n_{DI}$ ;

**$n_{DI}$**  = Número total de Taxas DI-Over, consideradas na apuração do “FatorDI”, sendo “ $n_{DI}$ ” um número inteiro;

**$TDI_k$**  = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = (DI_k / 100 + 1)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

**$DI_k$**  = Taxa DI-Over de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

**FatorSpread** = Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = (\text{spread}/100 + 1)^{\frac{DP}{252}}$$

onde,

**spread** = Acréscimo sobre a Taxa DI-Over de 1,60 (um inteiro e sessenta centésimos) ao ano, com base em 252 Dias Úteis; e

**DP** = Número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

#### 4.2.1.2. Observações:

- (a) O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;

6  
8 P.



- (b) Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e
- (c) A Taxa DI-Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma; e
- (d) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "FatorDI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.2.1.3. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI-Over pela CETIP, será aplicada na apuração de  $TDI_k$  a última Taxa DI-Over divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares das Debêntures quando da divulgação posterior da Taxa DI-Over que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI-Over for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas 4.2.1.4, 4.2.1.5 e 4.2.1.6 abaixo.

4.2.1.4. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do evento, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração que serão aplicados, observado o disposto na Cláusula 4.2.1.5 abaixo.

4.2.1.5. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração entre a Emissora e os titulares das Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculadas *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de  $TDI_k$  o valor da última Taxa DI-Over divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas na Cláusula 4.2.1 e seguintes desta Escritura para fins de cálculo da Remuneração.

4.2.1.6. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI-Over venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia Geral não será mais realizada e a Taxa DI-Over então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo da Remuneração.

G  
9 D.

4.2.1.7. Para fins da presente Escritura, a expressão “Dia(s) Útil(eis)” significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados nacionais.

4.2.1.8. Para fins da presente Escritura, “Período de Capitalização” significa o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, nos casos dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do Pagamento da Remuneração, exclusive, correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.2.2. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

#### **4.3. Periodicidade do Pagamento da Remuneração**

4.3.1. A Remuneração será paga pela Emissora aos Debenturistas em periodicidade semestral, contada da Data de Emissão, sendo, portanto, os pagamentos devidos nos dias 15 de abril e 15 de outubro de cada ano, sendo que o primeiro pagamento ocorrerá em 15 de abril de 2011 e o último pagamento ocorrerá na Data de Vencimento (“Pagamento da Remuneração”).

#### **4.4. Amortização do Valor Nominal Unitário**

4.4.1. O valor nominal das Debêntures será amortizado em 3 (três) parcelas, anuais e consecutivas, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de outubro de 2014 e o último pagamento devido em 15 de outubro de 2016, da seguinte forma:

<b>Data de pagamento</b>	<b>Percentual da Amortização (incidente sobre o Valor Nominal Unitário)</b>
15 de outubro de 2014	33,3333%
15 de outubro de 2015	33,3333%
15 de outubro de 2016	33,3334%

#### **4.5. Local de Pagamento**

4.5.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; e/ou (b) por meio do Banco Mandatário, para os titulares de Debêntures que não estejam vinculados ao referido sistema (“Local de Pagamento”).

#### **4.6. Prorrogação dos Prazos**

4.6.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário no Local de Pagamento das Debêntures, conforme indicado na Cláusula 4.5 acima, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser

realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

#### **4.7. Encargos Moratórios**

4.7.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a (i) juros de mora calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, pela taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial; e (ii) multa moratória convencional, irredutível e de natureza compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago.

#### **4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos**

4.8.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### **4.9. Preço de Subscrição**

4.9.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de subscrição e integralização, de acordo com o disposto na Cláusula 4.2 desta Escritura.

#### **4.10. Forma de Subscrição e Integralização**

4.10.1. A integralização será realizada à vista, na Data de Subscrição, em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

#### **4.11. Repactuação**

4.11.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação.

#### **4.12. Publicidade**

4.12.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, nos Jornais de Publicação, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores (<http://www.energisa.com.br>) ("Avisos aos Debenturistas").

#### **4.13. Comprovação de Titularidade das Debêntures**

4.13.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP, em nome de cada Debenturista, quando esses títulos estiverem custodiados eletronicamente no SND.

#### **4.14. Imunidade de Debenturistas**

4.14.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

### **CLÁUSULA V ADITAMENTO À PRESENTE ESCRITURA**

5.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, e posteriormente arquivados na JUCEMG.

### **CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA**

#### **6.1. Resgate Antecipado**

6.1.1. A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir e mediante deliberação em reunião de Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, a partir de 15 de outubro de 2012, inclusive (“Período de Resgate Antecipado”), realizar o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo”).

6.1.1.1. O Resgate Antecipado Facultativo somente poderá ocorrer, observado os respectivos Períodos de Resgate Antecipado, mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula 4.12 desta Escritura (“Comunicação de Resgate”) com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo a ser implementado pela Emissora (“Data de Resgate Antecipado”). A Data de Resgate Antecipado deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil. Todas as Debêntures que vierem a ser resgatadas serão liquidadas na mesma data.

6.1.2. Na Comunicação de Resgate deverá constar: (i) a Data de Resgate Antecipado; (ii) se o Resgate Antecipado Facultativo será total ou parcial; (iii) a menção de que o valor correspondente ao pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures será acrescido (a) da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a última data de Pagamento da Remuneração até a Data de Resgate Antecipado (“Valor de Resgate”), e (b) de prêmio de resgate a ser calculado de acordo com as Cláusulas 6.1.3 e 6.1.4 abaixo; e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo.

6.1.3. O prêmio de resgate a que farão jus os Debenturistas por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures será calculado de acordo com a fórmula abaixo:

$$P = d/D \times 1,5\%$$

onde,

**P** = prêmio a ser pago em valor percentual sobre o Valor do Resgate, calculado com 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento;

**d** = quantidade de dias corridos a transcorrer entre a data do Resgate Antecipado Facultativo e a Data de Vencimento; e

**D** = quantidade de dias corridos entre 15 de outubro de 2012 e a Data de Vencimento.

6.1.4. No caso de Resgate Antecipado Facultativo parcial, aplicar-se-á o disposto no parágrafo primeiro do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas para fins de deliberar os critérios do sorteio, observado, para tanto, o disposto nas Cláusulas 6.1.4.1 e 6.1.4.2 abaixo, além da Cláusula X desta Escritura.

6.1.4.1. No caso do Resgate Antecipado Facultativo parcial mencionado acima, tal Resgate Antecipado Facultativo deverá ser realizado para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP, sendo que a operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo será realizada por meio de “operação de compra e venda definitiva no mercado secundário”, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de ajuste a esta Escritura ou qualquer outra formalidade.

6.1.4.2. Caso, por qualquer razão (i) não haja a realização da Assembleia Geral, conforme previsto na Cláusula 6.1.4 acima, em até 2 (dois) Dias Úteis antes da Data de Resgate Antecipado, ou (ii) ainda que havendo a Assembleia Geral, não haja acordo sobre os critérios para realização do sorteio no caso de Resgate Antecipado Facultativo parcial entre os Debenturistas reunidos em Assembleia Geral, conforme

previsto na Cláusula 6.1.4 acima, o sorteio relativo ao Resgate Antecipado Facultativo parcial ocorrerá com relação à totalidade dos Debenturistas detentores de Debêntures em Circulação.

6.1.5. No caso de Resgate Antecipado total das Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente no SND, o Resgate Antecipado total seguirá os procedimentos de liquidação de eventos adotados pela CETIP.

6.1.6. A CETIP deverá ser notificada pela Emissora sobre o respectivo Resgate Antecipado com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva Data de Resgate Antecipado.

6.1.7 As Debêntures resgatadas pela Emissora, conforme previsto nesta Cláusula VI, serão obrigatoriamente canceladas.

## **6.2. Aquisição Facultativa**

6.2.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, observadas as restrições da Instrução CVM 476, adquirir Debêntures em Circulação, de acordo com o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula 6.2, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

## **CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO**

7.1. Observado o disposto nas Cláusulas 7.1.1 a 7.1.3 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou da data do último pagamento da Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ao tomar ciência da ocorrência das seguintes hipóteses (cada um desses eventos, um "Evento de Inadimplemento"):

- (a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, não sanada no prazo de 2 (dois) Dias Úteis de seu vencimento;
- (b) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária (incluindo *covenants* não financeiros) relacionada às Debêntures estabelecida nesta Escritura, não sanada no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis da comunicação do referido descumprimento: (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário; ou (ii) pelo Agente Fiduciário ou por qualquer terceiro à Emissora, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico nesta Escritura;

- (c) inveracidade ou incorreção de quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura e/ou em quaisquer documentos no âmbito da Oferta;
- (d) proferimento de decisão judicial em qualquer grau de jurisdição não sujeita a recurso ao qual seja atribuído efeito suspensivo que reconheça a ilegalidade, inexistência ou ineficácia desta Escritura no tocante a direitos, ônus, deveres, encargos e obrigações pecuniárias;
- (e) vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras de forma agregada ou individual, contraídas pela Emissora e/ou por suas controladas diretas ou indiretas, no mercado local ou internacional, cujo valor considerado, individual ou agregado, seja superior a R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), ainda que na condição de garantidoras;
- (f) vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras de forma agregada ou individual superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), contraídas pela Emissora e/ou suas controladas diretas ou indiretas, no mercado local ou internacional, em relação a quaisquer dos Debenturistas, ainda que na condição de garantidoras;
- (g) protesto de títulos contra a Emissora e/ou contra suas controladas diretas ou indiretas, em valor individual ou agregado superior a R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais)], por cujo pagamento a Emissora e/ou suas controladas diretas ou indiretas seja(m) responsável(is), ainda que na condição de garantidoras, salvo se, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora que (i) o protesto foi cancelado, sustado ou suspenso, ou (ii) foram prestadas garantias em juízo em valor no mínimo equivalente ao montante protestado;
- (h) sem prejuízo do disposto na alínea (e) acima, a falta de pagamento, pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas diretas ou indiretas, nas respectivas datas de vencimento não sanada em até 5 (cinco) Dias Úteis, de qualquer obrigação financeira em montante individual ou agregado igual ou superior a R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais);
- (i) constituição, pela Emissora e/ou por suas controladas diretas ou indiretas, de quaisquer ônus ou gravames sobre seus bens móveis ou imóveis cujo valor individual ou agregado do ônus ou gravames, conforme o caso, supere 10% (dez por cento) do ativo total da Emissora apurado nas últimas demonstrações financeiras consolidadas divulgadas, sem aprovação prévia de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, reunidos em assembléia específica para esse fim, exceto pelas hipóteses previstas nas alíneas (i.1) (i.2) (i.3) e (i.4) abaixo que não serão consideradas, independentemente do valor, para os fins do cálculo disposto nesta alínea (i):

(i.1) ativos vinculados a projetos de geração e/ou transmissão e/ou distribuição de energia elétrica da Emissora e/ou de qualquer de suas controladas diretas e/ou indiretas, para fins de garantir financiamentos tomados para implantação e desenvolvimento dos respectivos projetos, inclusive a

aquisição de equipamentos em substituição de bens antigos por outros novos com a mesma finalidade ou eliminação de ativos operacionais obsoletos;

(i.2) ativos adquiridos pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas diretas e/ou indiretas, para fins de garantir financiamentos na modalidade "*acquisition finance*" tomados para adquirir os respectivos ativos;

(i.3) ônus ou gravames que já tenham sido constituídas pela Emissora e/ou por suas controladas diretas ou indiretas na data desta Escritura, incluindo eventuais renovações, e

(i.4) ônus e gravames em favor de bancos de fomento ou desenvolvimento, para garantir financiamentos por eles concedidos, incluindo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social S.A.(BNDES), Banco do Nordeste do Brasil S. A. (BNB) e Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobras.

- (j) (i) alienação de ativos pela Emissora e/ou por suas controladas diretas e indiretas; ou (ii) desapropriação, confisco ou outra medida de qualquer autoridade governamental ou judiciária que implique perda de bens da Emissora e/ou de suas controladas diretas e indiretas, que, individual ou conjuntamente, em qualquer dos casos (a) e/ou (b), representem 10% (dez por cento) do total de ativos da Emissora apurado em suas últimas demonstrações financeiras consolidadas divulgadas;
- (k) se, após a transferência de controle acionário direto ou indireto da Emissora, a Fitch, ou, na falta desta, uma das agências de classificação de risco, dentre a Standard & Poor's ou a Moody's, rebaixar, por motivos diretamente ligados à transferência de controle acionário, o *rating* da Emissora em dois níveis em relação ao *rating* da Emissora da última revisão anual do referido *rating*;
- (l) alteração dos acionistas controladores da Emissora, diretos ou indiretos, entendendo-se por controle o estabelecido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, sem o prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em assembleia específica com, no mínimo, 10 (dez) Dias Úteis de antecedência do evento de troca de controle direto ou indireto da Emissora, sendo que tal consentimento deverá ser de, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;
- (m) liquidação, dissolução, ou extinção da Emissora sem que haja entidade que suceda à Emissora, e desde que tal liquidação, dissolução ou extinção não faça parte de reorganização societária envolvendo a Emissora, caso em que se aplicará o disposto na alínea (n) abaixo;
- ~~(n) incorporação, fusão, cisão ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou suas controladas diretas e indiretas, que possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento pela Emissora das obrigações decorrentes desta Escritura, observado o disposto no art. 231 da Lei das Sociedades por Ações;~~



- (o) resgate ou amortização de ações, redução de capital, pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista ou qualquer outra forma de distribuição, pela Emissora, a seus acionistas, quando esta estiver em mora com relação às Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e o pagamento de dividendos prioritários (fixos ou mínimos) a que as ações preferenciais eventualmente emitidas pela Emissora façam jus;
- (p) não cumprimento de qualquer decisão arbitral, administrativa, de entidade regulatória ou judicial, transitada em julgado, que resulte ou possa resultar, em conjunto ou isoladamente, em obrigação de pagamento pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas diretas ou indiretas, em montante individual ou agregado igual ou superior a R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais);
- (q) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (r) requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial, pedido de autofalência ou declaração de falência, pedido de liquidação, dissolução ou extinção da Emissora ou de qualquer de suas controladas diretas ou indiretas, ou, ainda, ou, ainda, qualquer procedimento similar que venha a ser criado por lei, requerido ou decretado contra a Emissora e/ou suas controladas diretas ou indiretas, salvo se o requerimento tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado o erro ou má-fé pela Emissora no prazo de 60 (sessenta) dias corridos contados da data de ciência da Emissora do referido requerimento;
- (s) extinção, por qualquer motivo exceto pelo término de prazo contratual, de concessão detida pela Emissora e/ou por qualquer sociedade controlada direta ou indiretamente pela Emissora para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica;
- (t) intervenção, por qualquer motivo, em concessão detida pela Emissora e/ou por qualquer sociedade controlada direta ou indiretamente pela Emissora, para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica;
- (u) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora e/ou de suas respectivas controladas que modifique as atividades atualmente por elas praticadas e exclusivamente relacionadas, direta ou indiretamente, à exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica; e
- (v) se qualquer um dos seguintes índices financeiros ("Índices Financeiros") não for mantido pela Emissora durante a vigência das Debêntures, conforme verificações trimestrais a serem realizadas pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras trimestrais consolidadas da Emissora (i.e., 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano), feita a atualização, quando aplicável, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres

imediatamente anteriores, sendo que a primeira verificação pelo Agente Fiduciário ocorrerá com relação aos números do 4º (quarto) trimestre de 2010 divulgados pela Emissora:

(v.1) o índice obtido da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA não deverá ser superior a 3,50;

(v.2) o índice obtido da divisão do EBITDA pelas Despesas Financeiras Líquidas não deverá ser inferior a 2,50, sendo que, caso as receitas financeiras da Emissora sejam superiores a suas despesas financeiras, este índice não será apurado;

onde,

“Despesas Financeiras Líquidas” significa o valor calculado em bases consolidadas na Emissora igual ao somatório das despesas de juros, descontos concedidos a clientes em virtude do pagamento antecipado de títulos, comissões e despesas bancárias, variação cambial oriunda da contratação de empréstimos e da venda de títulos e valores mobiliários representativos de dívida, e tributos, contribuições e despesas de qualquer natureza oriundos de operações financeiras, incluindo, mas não se limitando a, Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF e Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários - IOF, descontado do somatório de receitas de aplicações financeiras, variação cambial oriunda de empréstimos concedidos e de títulos e valores mobiliários adquiridos, resultado de *swap* de taxa de juros e moeda, marcação a mercado dos instrumentos derivativos líquidos, tudo apurado em bases consolidadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil;

“Dívida Financeira Líquida” significa o valor calculado em bases consolidadas na Emissora igual (i) à soma do passivo referente a empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros provisionados e não pagos, posições líquidas de derivativos, notas promissórias (*commercial papers*), títulos emitidos no mercado internacional registrados no passivo circulante ou no exigível a longo prazo (*bonds, eurobonds, short term notes*), parcelamentos com fornecedores, déficit de planos de previdência e parcelamento de impostos e contribuições, registradas no passivo circulante e no exigível a longo prazo, (ii) diminuído pelos saldos de caixa e aplicações financeiras registrados no ativo circulante e no ativo realizável a longo prazo, do valor do contas a receber da Eletrobrás pelo Programa Luz para Todos ou do Programa de Baixa Renda e dos efeitos da marcação a mercado das operações de derivativos; e

“EBITDA” significa o valor calculado em bases consolidadas igual ao resultado líquido relativo a um período de doze meses (calculado nos termos do *caput* deste item), antes da participação de minoritários, imposto de renda, contribuição social, resultado não operacional, resultado financeiro, amortização de ágio, depreciação dos ativos, participação em coligadas e controladas, despesas com ajuste de déficit de planos de previdência e incluindo a receita com acréscimo moratório sobre contas de energia elétrica.

Os índices acima previstos serão revistos pelas Partes caso seja editada nova lei ou ato normativo que altere a metodologia de apuração contábil no Brasil.

7.1.1. A ocorrência de quaisquer eventos indicados nas alíneas (a), (d), (e), (f), (h), (l), (m), (o), (q), (r) e (s) acima, os quais deverão ser imediatamente informados ao Agente Fiduciário pela Emissora, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos titulares das Debêntures, aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

7.1.1.1. Na ocorrência de quaisquer dos demais eventos indicados na Cláusula 7.1 acima, exceto os citados na Cláusula 7.1.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X e o quorum específico estabelecido na Cláusula 7.1.2 abaixo.

7.1.2. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 7.1.1.1 anterior poderá, por deliberação dos Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures.

7.1.3. Não se realizando a Assembleia Geral de Debenturistas, conforme disposto na Cláusula 7.1.2 supra, não havendo sua convocação ou não havendo deliberação na data originalmente estabelecida para sua realização, em qualquer caso decorrente de ato ou fato não imputável ao Agente Fiduciário, este deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração e encargos até a data de seu efetivo pagamento, exceto no caso de suspensão dos trabalhos na referida Assembleia Geral de Debenturistas.

## **CLÁUSULA VIII**

### **OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

**8.1.** Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

(a.1) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou 3 (três) Dias Úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas da Emissora relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos

no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, (ii) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora ou à sua administração, e respectivas respostas, com referência às demonstrações financeiras, e (iii) declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura contendo as informações necessárias para o cálculo e acompanhamento dos índices financeiros;

- (a.2) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre de seu exercício fiscal, cópia das demonstrações financeiras, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora de que a Emissora está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura, contendo as informações necessárias para o cálculo e acompanhamento dos índices financeiros;
- (a.3) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, ou de norma que venha a revogá-la ou substituí-la no tocante à entrega de informações periódicas, nos prazos ali previstos;
- (a.4) os Avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias que de alguma forma envolvam interesses dos Debenturistas, em até 3 (três) Dias Úteis da data em que forem publicados;
- (a.5) em até 3 (três) Dias Úteis da notificação, qualquer informação relevante para a Emissão que lhe venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário, observados os termos da Instrução CVM nº 358, de 03 de dezembro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358");
- (a.6) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora, imediatamente após seu recebimento, que possa resultar em um efeito relevante adverso, que significa todo e qualquer efeito relevante adverso aos negócios, à situação financeira e ao resultado das operações da Emissora e/ou de suas controladas, consideradas como um todo ("Efeito Relevante Adverso");
- (a.7) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações pecuniárias perante os Debenturistas no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva data de vencimento;
- (a.8) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento, imediatamente após a sua verificação. Essas informações deverão vir acompanhadas de um relatório da Emissora contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Emissora pretende tomar com relação a tal ocorrência, o qual deverá ser entregue ao

Agente Fiduciário em até 3 (três) Dias Úteis da verificação da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento. Caso essas informações decorram de evento, ato ou fato que enseje a publicação de fato relevante pela Emissora, nos termos da Instrução CVM 358, a divulgação de tal evento, ato ou fato ao Agente Fiduciário deverá ocorrer concomitantemente à sua divulgação ao mercado, nos termos da referida Instrução CVM 358, observado o prazo máximo aqui previsto;

- (a.9) relatório demonstrando a apuração dos índices financeiros previstos na alínea "v" da Cláusula 7.1 acima, explicando as rubricas necessárias à sua aprovação.
- (b) comunicar imediatamente à CVM e ao Agente Fiduciário qualquer inadimplência no cumprimento das obrigações contraídas perante os Debenturistas;
  - (c) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
  - (d) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que o Agente Fiduciário (ou auditor independente por este contratado às expensas da Emissora) realize auditoria extraordinária na Emissora, sendo que a respectiva solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
  - (e) convocar, nos termos das Cláusulas 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 desta Escritura, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;
  - (f) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas por aquela autarquia;
  - (g) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
  - (h) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos da regulamentação aplicável, e fornecer aos seus acionistas e Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado;
  - (i) manter atualizados e em boa ordem os livros e registros societários;
  - (j) estruturar e manter em adequado funcionamento um departamento para atender de forma eficiente aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados aos atendimento de seus acionistas, ou contratar, às expensas da Emissora, instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;

- (k) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (l) não praticar nenhum ato em desacordo com seu Estatuto Social ou com esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares das Debêntures;
- (m) notificar o Agente Fiduciário e a bolsa de valores ou entidade de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, no prazo máximo de 15 (quinze) Dias Úteis após a ocorrência do evento;
- (n) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias e nos negócios da Emissora e/ou de suas controladas que impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures;
- (o) não promover o resgate ou amortização de ações, não reduzir o capital, não pagar dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, quando estiver em mora com relação às Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e o pagamento de dividendos prioritários (fixos ou mínimos) a que as ações preferenciais eventualmente emitidas pela Emissora porventura façam jus, cessando esta proibição quando purgada a mora;
- (p) tomar as medidas necessárias para:
- (p.1) preservar todos seus direitos, títulos de propriedade, concessões, licenças (inclusive licenças ambientais), alvarás e ativos necessários para continuar conduzindo seus negócios e /ou de suas controladas diretas ou indiretas dentro dos respectivos objetos sociais e das práticas comerciais usuais;
  - (p.2) manter em boas condições de conservação os bens utilizados na condução de seus negócios e na condução dos negócios de suas controladas, excetuando-se pelo desgaste normal;
  - (p.3) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, observados os períodos de carência aplicáveis, todas as suas obrigações, inclusive, sem se limitar a, fiscais, trabalhistas e comerciais, ressalvadas as obrigações que, individualmente ou em conjunto, não causem um Efeito Relevante Adverso;
  - (p.4) estender as medidas listadas nas alíneas (p.1) e (p.3) acima para as sociedades sob seu controle.

6 22  
X.


- (q) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures no SND, conforme o disposto no Termo de Compromisso e Regulamento do SND, por meio da CETIP;
- (r) manter seus ativos operacionais relevantes e/ou de suas controladas diretas ou indiretas adequadamente segurados, conforme as melhores práticas correntes no mercado de atuação da Emissora e/ou de suas controladas diretas ou indiretas;
- (s) cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua bens;
- (t) aplicar recursos obtidos por meio da Emissão de Debêntures estritamente conforme o descrito na Cláusula 3.8 acima;
- (u) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável;
- (v) colaborar com o Coordenador Líder para o atendimento integral das obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028/09, de 02 de abril de 2009 (conforme aplicáveis);
- (w) sem prejuízo de qualquer disposição dessa Escritura, inclusive quanto à possibilidade de alienação de ativos referida no inciso “j” da Cláusula 7.1 acima, ou no caso de reorganização societária que não cause prejuízo ao cumprimento pela Emissora das obrigações decorrentes desta Escritura, exercer seu poder de controle sobre suas controladas diretas ou indiretas para manter em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar a suas controladas diretas ou indiretas a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento; e
- (x) não transferir ou de qualquer forma ceder ou prometer ceder a terceiros as obrigações assumidas nesta Escritura.

## **CLÁUSULA IX**

### **AGENTE FIDUCIÁRIO**

#### **9.1. Nomeação**

9.1.1. A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificada no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

 23

## 9.2. Declaração

9.2.1. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (a) não ter nenhum impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ("Instrução CVM 28") para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter nenhuma ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (k) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, na Data de Emissão, baseado nas informações prestadas pela Emissora. O Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente da veracidade das informações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo; e
- (l) que verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto na Cláusula 3.6 da presente Escritura.

 24



### 9.3. Substituição

9.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, morte, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 9.3.6 abaixo.

9.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

9.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia especialmente convocada para esse fim. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

9.3.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JUCEMG.

9.3.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

9.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

9.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito baixados por ato(s) da CVM.




#### 9.4. Deveres

9.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, dos cartórios de protesto, das Juntas de Conciliação e Julgamento e da Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser realizada por escrito de forma que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- ~~(j) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 4.12 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;~~

- (k) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b) da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
  - (l.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (l.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (l.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
  - (l.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (l.5) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (l.6) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento, inclusive quanto à manutenção dos índices financeiros previstos na Cláusula 7.1(v) acima;
  - (l.7) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
  - (l.8) pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora.
- (m) disponibilizar o relatório de que trata a alínea (l) desta Cláusula 9.4.1 aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
  - (m.1) na sede da Emissora;
  - (m.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
  - (m.3) na CVM; e
  - (m.4) na sede do Coordenador Líder.

  
27

- (n) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa referidos na Cláusula 4.12 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea (m) desta Cláusula 9.4.1;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Escriurador e à CETIP;
- (p) coordenar o sorteio das Debêntures a serem eventualmente resgatadas, nos termos desta Escritura;
- (q) administrar os recursos oriundos da emissão de Debêntures na ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 2º, artigo 60, da Lei das Sociedades por Ações;
- (r) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- (s) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
  - (r.1) à CVM; e
  - (r.2) à CETIP.
- (t) calcular trimestralmente a manutenção dos índices financeiros previstos na Cláusula 7.1 (v) acima e informar imediatamente aos Debenturistas qualquer descumprimento dos referidos índices financeiros e
- (u) informar os Debenturistas sobre qualquer comunicação e/ou notificação que lhe tenha sido feita pela Emissora, cujo conteúdo seja de interesse dos debenturistas, incluindo, sem limitação, a Comunicação de Resgate de que trata a Cláusula 6.1.1.1 acima.

#### **9.5. Atribuições Específicas**

9.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;

- (c) requerer a falência da Emissora; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) da Cláusula 9.5.1 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (d) da Cláusula 9.5.1 acima.

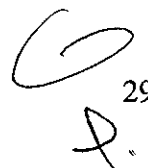
#### **9.6. Remuneração do Agente Fiduciário**

9.6.1. Será devido ao Agente Fiduciário pela Emissora, remuneração pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a parcelas trimestrais de R\$6.000,00 (seis mil reais), sendo a primeira parcela devida somente em 5 (cinco) Dias Úteis após a assinatura da presente Escritura e, as demais parcelas, no mesmo dia dos trimestres subsequentes. Serão devidas parcelas trimestrais até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na Data de Vencimento.

9.6.2. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado (i) ao comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; (ii) à celebração de aditamentos à Escritura; e (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) prazos de pagamento; e (ii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures.

9.6.3. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

9.6.4. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

 29

9.6.5. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 9.6.1. acima será atualizada com base na variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços - Mercado, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura.

9.6.6. As parcelas de remuneração citadas na Cláusula 9.6.1 acima serão acrescidas dos seguintes tributos: ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido) e IRRF (Imposto de Renda Retida na Fonte), e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre referida remuneração.

9.6.7. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada pro rata temporis, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados.

## **9.7. Despesas**

9.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

9.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado, em 5 (cinco) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

9.7.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.7.4. As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões e despesas cartorárias e com correios quando necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, e alimentação quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenha sido saldado na forma descrita nas Cláusulas 9.7.1 e 9.7.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

9.7.6. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário, decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

9.7.7. Eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário facultarão a revisão dos honorários propostos.

## **CLÁUSULA X**

### **ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

À Assembleia Geral de Debenturistas aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

#### **10.1. Convocação**

10.1.1. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

10.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à

publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação, ou, não se realizando a Assembleia, 8 (oito) dias, contados da data da publicação do novo anúncio de convocação.

10.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e vincularão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

## **10.2. Quorum de Instalação**

10.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

10.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, consideram-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle), sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

## **10.3. Quorum de Deliberação**

10.3.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 10.3.2 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

10.3.2. Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 10.3.1 acima:

- (a) os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura; e
- (b) as seguintes alterações, nas características das Debêntures previstas nesta Escritura, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação: (i) da Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula 4.2.1.5 acima; (ii) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura; (iii) da repactuação; e (iv) da espécie das Debêntures.



10.3.3. As alterações dos quoruns estabelecidos nesta Escritura e/ou das disposições estabelecidas nesta Cláusula 10.3 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

## **CLÁUSULA XI**

### **DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA**

**11.1.** A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações nesta previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCEMG e o registro das Debêntures na CETIP;
- (c) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem nenhuma disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora e/ou qualquer de suas controladas diretas ou indiretas seja parte, nem resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (d) as obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (e) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (f) a Emissora e suas controladas diretas ou indiretas têm todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas respectivas atividades, estando todas elas válidas;
- (g) a Emissora e suas controladas diretas ou indiretas estão cumprindo com todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis, de forma material, à condução de seus negócios;

6

A.

- (h) as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2008 e 2007 e as demonstrações financeiras relativas aos trimestres findos em 30 de junho de 2010 e 2009 apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas aludidas datas e os resultados operacionais da Emissora referentes aos períodos encerrados em tais datas. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora;
- (i) não tem conhecimento da existência de nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora e/ou às suas controladas diretas ou indiretas, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras e informações trimestrais disponibilizadas pela Emissora e/ou às suas controladas diretas ou indiretas, conforme o caso, à CVM e ao mercado;
- (j) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
- (k) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora, tendo sido disponibilizadas informações sobre as transações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;
- (l) não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa das suas situações econômico-financeiras ou jurídica em prejuízo dos investidores das Debêntures;
- (m) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;
- (n) suas controladas diretas ou indiretas são sociedades devidamente constituídas, com existências válidas e em situações regular segundo as leis do Brasil, bem como estão devidamente autorizadas a desempenhar as atividades descritas em seus objetos sociais;
- (o) não tem nenhuma ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;

- (p) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares; e
- (q) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura;
- (r) têm plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures de sua emissão dentro do prazo de 04 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM; e
- (s) têm plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI-Over, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade pela Emissora, em observância ao princípio da boa-fé.

11.2. A verificação pelo Agente Fiduciário a respeito da veracidade das declarações prestadas pela Emissora nesta cláusula se deu através das informações constante do parecer legal da emissão, que refletem as diligências efetuadas a respeito, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo".

## **CLÁUSULA XII**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **12.1. Comunicações**

12.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

**Para a Emissora:**

**Energisa S.A.**

Praça Rui Barbosa, nº 80 (parte)

CEP 36770-901 – Cataguases, Minas Gerais

At.: Sr. Cláudio Brandão Silveira

Tel.: (21) 2122-6934

Fax: (21) 2122-6931

E-mail: claudiobrandao@energisa.com.br

**Para o Agente Fiduciário:**

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.  
Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 205 - Barra da Tijuca  
CEP 22.640-100 – Rio de Janeiro – RJ  
At: Gustavo Dezouart Teixeira Pinto / Maria Carolina Vieira Abrantes  
Tel.: (21) 3514-0000  
Fax: (21) 3514-0099  
E-mail: [Gustavo@oliveiratrust.com.br](mailto:Gustavo@oliveiratrust.com.br) e [agente@oliveiratrust.com.br](mailto:agente@oliveiratrust.com.br)

**Para o Banco Mandatário e Banco Escriturador:**

Banco Citibank S/A  
Avenida Paulista, nº 1111, 10º andar  
CEP 01311-920  
At.: Andre Pina  
Tel: (11) 4009-3920  
Fax: (11) 4009-7047  
E-mail: [andre.pina@citi.com](mailto:andre.pina@citi.com)

**Para a CETIP**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar – Jardim Paulistano  
01452-001 - São Paulo, SP  
At.: Gerência de Valores Mobiliários  
Tel: (11) 3111-1596  
Fax: (11) 3111-1564  
E-mail: [gr.debentures@cetip.com.br](mailto:gr.debentures@cetip.com.br)

12.1.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fax deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem.

**12.2. Renúncia**

12.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

### **12.3. Custos de Registro**

12.3.1. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

### **12.4. Lei Aplicável**

12.4.1. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

### **12.5. Foro**

12.5.1. Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 13 de outubro de 2010.

[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]

*(Página de Assinatura 1/2 do Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Energisa S.A., celebrado em 13 de outubro de 2010)*

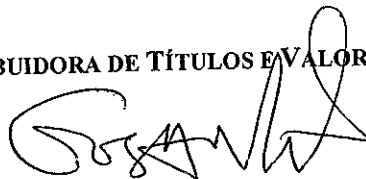
**ENERGISA S.A.**



Nome: Cláudio Brandão Silveira  
Cargo: Finanças Corporativas

(Página de Assinatura 2/2 do Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Energisa S.A., celebrado em 13 de outubro de 2010)

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.



Nome: Gustavo Dezouart T. Pinto  
Cargo: Procurador

Testemunhas:

Nathália Guedes Esteves

Nome: NATHÁLIA GUEDES ESTEVES  
CPF: 107.606.117-43

Danielle de Melo Silva

Nome: Danielle de Melo Silva  
CPF: 090.320.97-67